

***Comícios e “comícios”*: Um estudo sobre a dinâmica dos palanques**

Resumo: O presente artigo visa dar conta da complexa relação existente entre palestrantes, convidados e o público presente em eventos como comícios, inaugurações ou passeatas. Para tanto, me baseio num estudo comparativo entre dados etnográficos recolhidos durante o pleito eleitoral do ano de 2002 na cidade de Santa Maria, Distrito Federal, e em algumas matérias de jornal e da mídia televisiva publicadas no mesmo período. Meu interesse maior é mostrar como certas pessoas do público podem interpelar e até mesmo fazer calar, por alguns momentos, os palestrantes de maneira habitual, não fugindo, assim, a uma *etiqueta* comum a tais eventos. Essa interpelação tolerada feita por alguns indivíduos da platéia (ou por um conjunto deles) frente aos que estão no palanque ajuda a discutir certas divisões comuns em tais situações, como a de uma *massa anônima* e expectadora, de um lado, e um *palestrante iluminado* para onde todas as atenções convergiam, por outro.

Palavras-chaves: antropologia da política, eleições, comícios e imprensa.

“Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em um discurso ou conversa, em gazeta ou viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum.” (Machado de Assis)

No *Esboço de uma teoria geral da magia* Marcel Mauss e Henri Hubert (Mauss, 2003) mostram que a crença em atos mágicos não é falsa ou errônea: ela opera segundo os mesmos pré-supostos da crença, por exemplo, na medicina moderna e está submetida a um *saber fazer* altamente complexo. Os “atos em cuja eficácia todo um grupo não crê, não são mágicos” (*idem*, 55) e, no que toca à sua própria lógica interna, nenhum sistema de crenças sociais que esteja positivamente operando pode ser falso ou ilusório. Porém, existem lugares e contextos sociais apropriados para que o mago possa efetivamente alcançar seus objetivos e sua magia possa operar de fato. Caso tais condições não sejam satisfeitas e o profissional da magia se veja frustrado, os pressupostos mágicos não são

* Graduado em História pela Universidade de Brasília (UnB), com ênfase no estudo da relação entre indígenas e o aparelho inquisitorial português. Atualmente cursando o mestrado em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), com interesses de pesquisa voltados para a antropologia da política.

abandonados de antemão, assim como a morte de um paciente por super-dosagem não faz o crente na alopatia descrever da eficácia de seus métodos. Contudo, se o sistema geral não é sacrificado frente à falha em um caso específico, o mesmo não se pode dizer do mago – ou do médico – individualmente tomado. O mago que sucessivas vezes não consegue alcançar os objetivos que espera (e que esperam dele) não coloca em cheque a crença na magia, mas sim sua própria trajetória individual de mago. Nesse sentido, todo ato mágico, toda intervenção mágica é uma espécie de ritual de iniciação renovador ou destruidor do *mana* individual daquele que o realiza.

É nesse sentido que pretendo analisar certos *atos públicos que se voltam para a figura de um palestrante iluminado capaz de juntar, como num passe de mágica, determinada massa anônima que, pretensamente, ali se encontra no intuito único de escutá-lo*. Essa definição de *comício* será melhor matizada durante o ensaio que se segue e tentarei mostrar os perigos e inversões que podem afligir tanto o *palestrante iluminado* como também a pretensa *massa anônima* de ouvintes que o acompanha.

I – Em cima do palanque

Uma das principais informações que a imprensa em geral traz sobre comícios e eventos públicos é a quantidade de espectadores presentes a esses acontecimentos. Em coberturas regulares, a idéia normalmente passada é a do candidato se encontrando com uma massa impessoal de simpatizantes, que se reúnem no simples intuito de presenciar e ouvir o que ele teria a dizer. O jornal *Estado de São Paulo*, por exemplo, em artigo intitulado “Marta transforma inauguração em comício”, dá a seguinte descrição da inauguração de uma escola na periferia da cidade de São Paulo:

No pátio do Centro Educacional Unificado (CEU) Perus cerca de 2.500 visitantes enfrentaram frio e garoa fina para esperar a prefeita Marta Suplicy (PT) para a inauguração da terceira unidade de uma das "bandeiras" de seu governo. [...] A inauguração do CEU parecia um comício, com palanque lotado e muitas bandeiras do partido.¹

¹ Página eletrônica do *O Estado de São Paulo*: <http://www.estado.com.br/editorias/2003/08/26/cid016.html>. Acessos feitos durante o último semestre de 2002 e o início de 2003. Ao contrário da época em que levantei tais dados, atualmente (dezembro de 2005) a página eletrônica do *Estado de São Paulo* só disponibiliza os artigos para assinantes. Todas as referências às páginas da Internet que se seguem foram tomadas nesse contexto.

O texto destaca o afincamento e perseverança dos “visitantes” em presenciar não a simples “inauguração”, mas principalmente o “comício” da prefeita Marta, tudo isso sob chuva e frio. A individualização de alguém nesse contexto só é feita para demonstrar o esforço do público presente, como o casal Lídia e Antônio de Sousa, “lá no meio, segurando suas bandeiras vermelhas [...] com os oito filhos”.² Contudo, o casal Sousa continua entre os 2.500 “visitantes”, pois quem efetivamente “transformou a inauguração em comício” foi a prefeita Marta, como explicita o próprio título da matéria. Nesse contexto, a pormenorização de qualquer um só acontece quando o mesmo está inserido dentro de um público maior, que lhe dá sentido. Se os “visitantes” da inauguração que virou comício fossem só dona Antônia e seu Luís, o texto não chamaria atenção para o comício fora do lugar, mas se focaria talvez no próprio fiasco da inauguração. O próximo exemplo, retirado do mesmo periódico, ajudará a esclarecer melhor esse ponto: num artigo editado no fim do primeiro turno das eleições presidenciais de 2002, o candidato Zé Maria, no último comício de sua campanha,

reuniu nas escadarias do Teatro Municipal, no centro velho da capital paulista, pouco menos de 80 militantes e candidatos da legenda que, com cerca de 20 bandeiras, indicavam que aquele era um momento importante para a campanha que consumiu R\$ 200 mil nos últimos seis meses. Um carrinho de mão, muito parecido com os de pipoqueiros, transformado em minicarro de som, com espaço até para guardar panfletos, era o que havia de diferente e moderno na caminhada e “comício” que uniu militantes do partido e seus principais candidatos, como o bancário Dirceu Travesso, de 43 anos, postulante ao governo do Estado de São Paulo.³

Em poucas palavras, a ironia do artigo escrito por Carlos Franco está no fato do candidato Zé Maria não ter condizido com o que seria normal de se esperar de um concorrente à Presidência da República: Zé Maria não teve o mínimo poder de juntar um público ‘real’ – e as 80 pessoas então presentes não são verdadeiramente um público, mas sim os próprios “militantes e candidatos da legenda”. Na verdade, o autor evita até mesmo usar o termo comício, e acaba rebatizando o evento de “comício”, trocando a sílaba tônica propositadamente para indicar, através do diminutivo, o falseamento do que em outra situação seria um verdadeiro “comício”. O que está

² Idem.

³ <http://www.estado.com.br/editorias/2002/10/04/pol082.html>. As aspas são do texto original.

implícito é que sem um público considerável, situação em que se possa tomar o conjunto de indivíduos como uma massa anônima de apoio (e não como “militantes e candidatos da legenda”), não há comício. Zé Maria não conseguiu tal façanha, ficando restrito ao seu próprio círculo de correligionários. Caso pudéssemos classificá-lo como um ‘mago da política’, a magia que ele foi capaz de invocar não conseguiu com que se realizasse um comício ‘verdadeiro’. Em resumo, o que a teoria nativa da imprensa diz (e tal teoria não está restrita à imprensa) é que o público presente a tais eventos só conta enquanto pode ser contado, enquanto coletividade anônima, pois quem realmente *faz* um comício é o candidato – sendo ele inclusive responsável por conseguir ou não o referido público e, como no caso de Zé Maria, tendo que arcar com as conseqüências de não conseguir fazer bem sua mágica.

Discutirei tal questão mais pontualmente na última sessão desse artigo, mas adianto que me inspiro diretamente em Leach (Leach, 1999) ao classificar essa visão dos comícios como uma teoria nativa. Não quero dizer com isso que ela é só mera abstração e que, na prática, as coisas acontecem de maneira completamente diferente. Leach chama atenção para o fato de que “somente porque o sentido de diversas categorias estruturais é, para um kachin, extremamente elástico, é que a natureza real de sua vida social como algo ajustado ao modelo formal do sistema estrutural tradicional pode operar” (*idem*, 164). É precisamente de tal ajustamento do modelo formal que irei tratar a seguir.

II – Abaixo do palanque

É necessário cotejar o que foi exposto até aqui com o trabalho de campo que realizei durante o já citado pleito eleitoral de 2002. A questão principal não é pura e simplesmente questionar se o palestrante em um comício faz ou não faz realmente o evento, mas sim entender melhor em que sentido e situação específica ele é visto como alguém que o faz e se há alguma possibilidade de *interação efetiva* (e não a simples exposição unilateral) entre os que estão no palanque e aqueles que se encontram abaixo dele. Assim, analisarei nas páginas seguintes dois eventos “realizados” (tomando de empréstimo o vocabulário nativo da imprensa, dos próprios candidatos e mesmo das pessoas presentes a tais eventos) pelo então candidato ao governo do Distrito Federal, o

senhor Joaquim Domingos Roriz, que ajudarão a compreender melhor a problemática em jogo.

Roriz, ou “governador Roriz”, como é normalmente chamado por seus apoiadores, é o atual governador do Distrito Federal (DF) e nome que suscita polêmica dentro e fora da capital do país. Foco de diversos processos judiciais, inclusive por suspeita de estar envolvido em doações irregulares de terrenos públicos e de ter usado a estrutura pública para vencer as últimas eleições, Roriz ficou nacionalmente famoso por ter, num comício durante sua campanha eleitoral, incitado o público a vaiar um dos ouvintes presentes, que foi acusado pelo governador de ser um “crioulo petista”, ou seja, um negro ‘penetra’ infiltrado em seu comício que estaria a favor do Partido dos Trabalhadores – legenda que tradicionalmente lhe faz oposição. O evento estava sendo gravado e a fala de Joaquim Roriz acabou no telejornal de maior audiência do país, lhe valendo, além da vinculação nacional de uma matéria altamente negativa, a severa crítica ao vivo do comentarista do Jornal Nacional, que jocosamente situou o governador na esfera do que poderia haver de mais retrógrado e indesejável no meio político brasileiro. O jornal *O Estado de São Paulo*⁴ dedica alguns artigos a tal evento, e é interessante notar que Marinalvo Nascimento, o “crioulo petista”, só ganha um nome e biografia na mídia pelo fato de ter sido diretamente interpelado por Joaquim Roriz.⁵

Santa Maria, por outro lado, não compartilha da mesma fama nacional de Roriz: de maneira geral a cidade pode ser facilmente situada no que, desde a fundação de Brasília, se costumou a chamar de “cidades-dormitórios” ou “satélites”. É claro que tal categoria não foi criada pelos moradores de Santa Maria, que não encaram a cidade como um simples local para se dormir, mas ela é reconhecida localmente como capaz de falar sobre a cidade em determinada situação específica – quando a mesma é comparada, em termos econômicos principalmente, à cidade de Brasília propriamente

⁴ <http://www.jt.estadao.com.br/editorias/2002/02/02/pol009.html>.

⁵ É interessante notar também que o *mana político* de Roriz parece não ter sido seriamente prejudicado com as constantes vinculações na imprensa de tal caso, ao menos no que diz respeito àqueles que o apoiavam. Por outro lado, esse foi talvez o episódio mais lembrado por seus opositores, inclusive já depois de findas as eleições. Parece existir uma certa independência em relação à mídia no que tange à crença nos poderes políticos de Roriz. Um de seus simpatizantes chegou a me dizer que o telejornal local da Rede Globo de Televisão, o DF-TV, era abertamente petista e por isso não compensava levar a sério as notícias que ele vinculava. Acreditar na política, para vários moradores de Santa Maria, é acreditar em Joaquim Roriz e tal crença não é abalada por “intrigas” e “armações”, categorias usadas pelos simpatizantes para se referir às notícias negativas sobre o governador. No que tange à maneira como Roriz se defendeu de tal acusação, sempre frisando que o dito “crioulo” era, na verdade, antigo amigo seu

dita. Dentre as “satélites”, Santa Maria se destaca por ser uma das mais jovens cidades criadas e também por se situar entre aquelas que apresentam os mais baixos indicadores sócio-econômicos no DF.

Os dois eventos que serão aqui analisados aconteceram em Santa Maria durante o ano de 2002. O primeiro, que chamo de Distribuição dos Termos de Posse do Pró-DF, aconteceu no dia 25 de março de 2002 numa chácara na zona rural da cidade, de nome Mansão Dallas. O segundo, acontecido em 09 de agosto do mesmo ano, teve como espaço físico algumas quadras na parte norte de Santa Maria e foi nomeado pelos próprios organizadores de “Caminhada com a Comunidade”. Começamos, então, pelo primeiro.

A Distribuição dos Termos de Posse do Pró-DF ocorreu, como já dito, numa chácara particular na zona rural de Santa Maria. Fui avisado do evento pela então chefe de gabinete da Administração Regional da cidade, Sueli, que se mostrou o mais prestativo contato que foi possível conhecer na cidade. Sueli me explicou como chegar ao local por telefone, já que ela não poderia comparecer pois estaria responsável pela Administração de Santa Maria na falta de Maria do Socorro, então administradora da cidade e uma das palestrantes do referido episódio. Situando geograficamente a Mansão Dallas, ela está à cerca de 15 km da entrada principal de Santa Maria, bem próxima à divisa com o estado de Goiás. Na verdade, o retorno da rodovia para se voltar à parte urbana da cidade fica do outro lado da fronteira política do DF, já em solo goiano, na cidade de Valparaíso. O evento, como havia me explicado Sueli, se daria em torno da entrega dos chamados “termos de posse” para a ocupação regular de lotes⁶ cedidos pelo GDF a alguns empreendedores locais. Tal fato não foi uma prática isolada e faz parte, na verdade, de um projeto governamental que visa basicamente apoiar a criação de novos empregos por meio de incentivos (como a doação de lotes) a comerciantes e industriais do Distrito Federal. O projeto, batizado de “Pró-DF”, foi um dos carros chefe do governo e da própria campanha de Joaquim Roriz. É interessante notar, contudo, que à época ainda não havia sido dada permissão para que os candidatos iniciassem

e que usou do termo de maneira não-pejorativa, mas sim para frisar uma interação jocosa entre amigos, penso haver interessante paralelo com a situação estudada por Carla Teixeira (2001).

⁶ Para uma etnografia focada na dinâmica de doação e manutenção de lotes em Brasília, conferir Borges, 2003. Antonádia Borges trabalha com a noção de *tempo de Brasília* não como uma simples acumulação de anos de residência no DF para se ter direito a um lote, mas sim como um saber-agir específico dentro da burocracia governamental para adquiri-lo.

efetivamente a campanha de rua, o que talvez explique a realização do evento num local tão isolado do centro urbano da cidade e tendo como foco um grupo tão específico – teoricamente, deveriam ser contemplados pelo Pró-DF apenas empreendedores que tivessem condição de gerar emprego para a população da cidade; contudo, grande parte dos presentes não pareceu ser exatamente empresários ou investidores, e a maioria das quase 500 pessoas que se encontravam no evento estava vestida de maneira bastante humilde, de chinelo, bermuda e camiseta, trazendo junto filhos adolescentes, crianças e até bebês de colo.

Como no caso da prefeita Marta relatado pelo Estado de São Paulo, não se trataria apenas da simples “entrega” de um documento, mas sim de uma das primeiras visitas eleitorais que Roriz e seus aliados fariam à Santa Maria. Porém, me distanciando um pouco da interpretação jornalística, primeiramente não penso que foi Roriz o responsável pela “transmutação” de um evento pretensamente burocrático (entrega de documentos) num acontecimento político (com discursos, palanque montado e bandeiras). Todos os presentes já sabiam, mesmo antes da chegada do governador, que não estavam ali para simplesmente receber o termo de posse (isso poderia ser feito em um órgão específico do GDF) e mesmo quem não soubesse não foi convencido disso *a posteriori* por algum tipo de habilidade especial do governador. Por outro lado, apesar de todos explicitamente reverenciarem Roriz, não me pareceu que o público estivesse ali apenas para presenciar e escutar o que ele tinha a dizer. Na verdade, determinadas pessoas desse público participaram ativamente do evento e o clima de aclamação generalizada operava apenas superficialmente, já que o governador acabou, como veremos, sendo uma espécie de *palanque humano* para várias figuras da platéia. No intuito de entender melhor essa questão, cabe aqui analisar mais pontualmente a dinâmica de discursos que antecedeu a entrega dos termos propriamente dita.

O primeiro a ser convidado a falar foi o presidente da Associação Comercial e Industrial de Santa Maria, o senhor Valdeci. Como pretendo deslocar (ao menos em parte) o foco do palanque e redirecioná-lo para aqueles que pretensamente seriam simples ouvintes, basta dizer que Valdeci agradeceu a visita do governador à cidade e se disse orgulhoso de ter, com seu esforço e trabalho, ajudado Roriz a se eleger no pleito de 1998, reiterando que o ajudaria novamente agora. Contudo, é mais importante notar aqui as pausas na fala do presidente. Toda vez que este tocava no nome de Roriz,

alguém da platéia iniciava um pequeno coro gritando “Roriz, Roriz, Roriz!”, ou então puxava uma salva de palmas que acabava por tomar todo o salão e obrigava o palestrante a se calar por alguns segundos, esperando o coro e/ou as palmas baixarem. Nem todos os discursantes aceitavam passivamente essa interpelação que vinha do público, e a deputada Eurídes Britto, em um momento de impaciência, chegou mesmo a mandar o público calar a boca – o que não foi visto com muita simpatia por algumas pessoas que estavam ao meu lado, que não pouparam severas críticas à Eurídes. Tal expediente valeu para todos os palestrantes, inclusive para o último, o próprio governador Roriz, que quando falava em alguma benfeitoria que iria fazer ou já havia feito, calava-se respeitosamente para ouvir o próprio nome.

Apesar disso, se é possível levar a sério a participação efetiva de quem deveria estar ali apenas para presenciar, não se pode também deixar de notar que essa interpelação é, de certa maneira, do público em geral e não de pessoas pontualmente localizadas. A situação nos termos que descrevi acima marca bem isso: os palestrantes se calam frente a um “coro” ou uma “salva de palmas”, mas nunca pela participação individual de alguém da platéia. Contudo, como já disse, coro e/ou palmas eram sempre iniciados por algum membro mais empolgado do público, que dava origem a uma espécie de onda de euforia, se espalhando entre o resto das pessoas. Mesmo nesse ponto a presente interpretação não se distancia muito daquela dada pelo jornalista, já que continua a submeter as pessoas ao poder de uma massa anônima – o coro de um entre 500 não faria com que Eurídes Britto, por exemplo, parasse seu discurso e o mandasse calar a boca. Porém, se o expediente de puxar palmas e iniciar coros foi, num primeiro momento, uma exclusividade das pessoas que se encontravam abaixo do palanque, logo isso iria mudar. A administradora de Santa Maria, senhora Maria do Socorro, sentada do lado direito de Roriz, conseguiu chamar a atenção de muito dos presentes, inclusive do próprio governador, ao também compartilhar da prática da platéia, e conclamar, mais de uma vez, o público a gritar “Roriz, Roriz, Roriz!” enquanto outros estavam discursando. Socorro e determinadas pessoas do público, com isso, usavam a mesma estratégia: se destacar de seus pares incitando homenagens a Roriz. A administradora se mostrou uma palestrante diferente, já que foi a primeira na mesa a usar de tal artifício; o mesmo valia para quem o fizesse fora do palanque: havia um espaço para destacar-se dos outros e fazer o papel de uma espécie de ‘maestro’, comandando toda uma multidão na

reverência ao ilustre visitante. Na verdade, quando alguém da platéia conseguia que o resto dos presentes gritasse o nome do governador, também o seguiam todos os que estavam em cima do palanque e sentados ao lado de Roriz – eles também faziam parte, nesse sentido, da multidão anônima.

Como se pode notar, a categoria de um público anônimo continua existindo; contudo, ela não se encontra mais sob o controle absoluto do candidato ou palestrante e é possível aos próprios ouvintes fazerem uso dela. No evento na Mansão Dallas, uma das maneiras de reverenciar o governador, de mostrar explicitamente que o apoiava e, de alguma maneira, também de se auto-projetar, de ser visto no evento, era puxando palmas quando um outro discursante qualquer tocava no nome de Roriz, e isso, como vimos, valia para cima e para baixo do palanque. Há, nesse sentido, uma fusão de práticas entre o público presente e os próprios palestrantes e, por outro lado, uma certa ‘confusão’ entre o mesmo público e os palestrantes quando um coro ou uma salva de palmas acontecia. Enfim, para que possamos passar à análise da “Caminhada com a Comunidade”, é suficiente dizer que a entrega dos termos propriamente dita foi a parte dispensável do evento: o governador rapidamente entregou o primeiro e logo depois se encaminhou ao seu helicóptero. Imediatamente a mesa se decompôs e as pessoas dispersaram-se – as que iam receber o documento se dirigiam ao palanque; o resto, grande maioria, voltava para a casa.

A “Caminhada com a Comunidade” se inicia num contexto e espaço físico muito diferente do que o que acaba de ser descrito. Primeiramente, não há, ao menos num primeiro momento, qualquer tipo de palanque ou estrutura física fixa. A caminhada foi abertamente divulgada, aconteceu durante o período legal de campanha eleitoral e contou com a participação de quem aparecesse para acompanhar o evento. Não existiu um local de concentração determinado e Joaquim Roriz literalmente “caminha” por algumas ruas da cidade, cumprimentando moradores e visitando algumas residências. Nesse evento, em vez dos eleitores saírem de casa para reverenciarem o candidato, é o último que vai de encontro ao seu público, *in loco*. Na eminência da visita do governador, os moradores de várias residências trocavam de roupa e se aprontavam da melhor maneira possível, pondo-se a esperar em frente de casa a chegada de Roriz. O governador vinha junto com todo um séquito especial e cerimonial específico: cada rua em que ele iria passar era previamente enfeitada com porta-bandeiras de ambos os

lados, que empunhavam uma enorme bandeira com o nome de Roriz e as cores da campanha. Os porta-bandeiras eram seguidos por um grupo de pregadoras de cartazes e distribuidoras de adesivos, composto única e exclusivamente de jovens mulheres, que se dividiam em dois subgrupos: um que usava uniformes azuis e se fazia em garotas bem maquiadas e em trajes mais sociais, de terninhos, calças de tecido e sapatos de salto – tudo na cor azul; as outras estavam num estilo mais casual, com calças jeans, tênis e camisetas laranja – o azul e o laranja eram as cores de Roriz e seus aliados, em contraposição ao vermelho e branco, cores do Partido dos Trabalhadores e, portanto, signo da oposição.

Além de entrar nas casas, Roriz também interpelava os transeuntes na rua, o que valeu a mim e a outra pesquisadora um encontro inesperado com o governador: estávamos parados numa esquina, tomando notas da já descrita parte organizacional do evento, quando fomos surpreendidos pelo governador e sua comitiva, dirigidos a nós pela administradora da cidade, Maria do Socorro, que já nos conhecia das visitas regulares que fazíamos à Administração de Santa Maria. Roriz nos deu um forte abraço e chamou a equipe de filmagem para que se registrasse aquele momento com o “pessoal da UnB”, alcunha que nos resumia dentro da Administração e pela qual fomos introduzidos ao governador. Um dos funcionários da Administração que também nos conhecia e acompanhava o evento pegou minha câmara fotográfica e tirou algumas fotos desse momento especial. O mesmo funcionário iria pedir mais tarde que eu também tirasse algumas fotos dele com Roriz, dizendo que arcaria com a revelação, o que não foi possível, pois naquele momento não havia mais filme na máquina. O governador não passou mais que 2 minutos conosco e, sem nos dirigir uma palavra em especial (como perguntar nosso nome ou pedir nosso voto), se despediu e continuou o itinerário da caminhada.

Já comentamos aqui que Joaquim Roriz se faz muitas vezes numa espécie de *palanque humano*, ou seja, que outros candidatos e até mesmo pessoas que seriam apenas pretensos ouvintes falam *por ele / para ele* e, com isso, acabam compartilhando de alguma espécie do *mana* político do governador – e, talvez, ao mesmo tempo, ajudando a gerar tal *mana*. É esse ponto em especial que a Caminhada com a Comunidade nos dá oportunidade de retomar e melhor compreendê-lo. Como notou

uma das antropólogas do já referido grupo de pesquisa,⁷ Roriz não precisa falar muito em seus eventos, nem tão pouco demonstrar, como é normalmente pensado de *políticos profissionais*,⁸ uma retórica rebuscada ou uma fala especial para conquistar simpatizantes. Na ocasião, a mesma pesquisadora levantou a hipótese de que Joaquim Roriz, já que falaria pouco ou quase nada nos eventos em que toma parte, teria como foco de atuação política outras facetas, como por exemplo o já citado arcabouço ritual (comitiva oficial, pregadoras de adesivos e cartazes, porta-bandeiras, câmeras fotográficas, filmadoras e etc.) que fazia parte do evento. Complementando tal interpretação, penso que a Caminhada possuiu mesmo um forte apelo estético e ritualizado,⁹ mas a revendo por outro ângulo, penso que a palavra, o uso da comunicação oral direta, não foi totalmente dispensável ou substancialmente marginal naquela situação. Porém, o evento foi menos uma oportunidade de Roriz falar com seus eleitores do que o inverso: dos moradores verem, tocarem, receberem em suas casas e *falarem* com e para o governador. Inclusive, uma outra ‘bandeira’ da campanha de Roriz foi mostrar que sua gestão efetivamente escutava os problemas da população, tanto que ele próprio visitou cada cidade do DF num “Governo Itinerante”, a fim de ouvir o que os habitantes de cada Região Administrativa tinham a dizer. Assim, “caminhar com a comunidade” significaria principalmente dar atenção especial a cada morador, tentando subverter a lógica comum de um evento político em que o público só conta enquanto pode ser contado. Joaquim Roriz tenta se fazer numa espécie de canal de comunicação da população com aquilo que deve ser feito em favor dela mesma, ou, como já dito, num *palanque humano*. Palanques não costumam a falar, o que pode explicar a pouca importância da expressão oral do governador.

Ao fim da Caminhada, houve um rápido comício (cerca de 40 minutos), que, segundo um major da PM que comandava a segurança, contou com cerca de 1500

⁷ Registro aqui as férteis discussões que tive com Carla Costa Teixeira, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, que suscitaram ótimas hipóteses de análise.

⁸ Faço uso do termo no mesmo sentido de Max Weber (Weber, 2003), que o define em contraposição aos políticos ocasionais, como os eleitores, por exemplo. É interessante notar que, diferenciando a vocação política da do cientista, o autor alerta que, por vezes, espaços em que se espera uma postura pretensamente não-política, como o professor numa sala de aula, acabam se transformando em palanques fora-do-lugar. A relação entre ouvintes e palestrantes, nesse exemplo, seria substancialmente desigual, pois não haveria qualquer possibilidade de interpelação dos primeiros contra os últimos, principalmente se levado em conta o contexto das universidades alemãs da época.

⁹ Tal interpretação não está longe da que Clifford Geertz (1988) traça, onde o ritual/simbólico e o político/prático não podem ser separados em esferas estanques e fazem, na verdade, parte de um mesmo sistema geral.

peessoas. O governador foi o último a se pronunciar e, antes que ele tomasse a palavra, falaram alguns candidatos locais e também grandes nomes que apoiavam o governador, como o senador Paulo Octávio e a candidata ao vice-governo Maria de Lourdes Abadia. Logo depois tocou uma banda de música sertaneja, que parodiou grandes sucessos nacionais, adaptando as letras ao tema da campanha. Com o fim da música, há uma queima de fogos e então Roriz inicia seu discurso. O governador tenta evocar um ar de familiaridade e improviso, como se ele não estivesse ali para discursar, mas somente para caminhar com os moradores da cidade. O comício teria sido ocasional, quase uma exigência dos presentes segundo Roriz. Ele diz que em seu próximo mandato o hospital de Santa Maria será uma prioridade e retribui os elogios dos principais nomes no palanque – candidatos a deputado federal para cima; os outros, como os pleiteadores a uma vaga na Câmara Distrital, foram ignorados. Por fim, Roriz encerra seu discurso com uma provocação, perguntando se os “outros candidatos” teriam coragem de também andar em Santa Maria. Conta então com uma piada: se tais candidatos vierem, ele aconselha os moradores a não serem mal educados e até convidarem-nos a visitar suas casas, como o próprio governador já havia feito. Contudo, caso os opositores pedissem um cafezinho, a resposta, segundo Roriz, deveria ser: “O cafezinho você pode tomar, mas o voto já tem dono!”. Nesse sentido, se reconhece como plenamente possível que outros candidatos copiem a ritualística ou a idéia de se caminhar com a comunidade, mas somente Roriz teria o poder de escutar as pessoas e de fazer efetivamente algo em favor delas. Em determinado momento do seu curto discurso, Roriz diz que:

Eu que descí hoje as ruas, poucas ruas, eu cheguei já ali, já era quase 6 horas e comecei a caminhar. Caminhar só que entrando nas casas, abraçando as pessoas e não teve uma pessoa que eu não abracei que não me falasse no meu ouvido: ‘Deus lhe pague, governador. Estou com você, voto em você e depois de Deus você me deu vida, governador’. Quantas vezes eu ouvi isso aqui hoje: ‘governador, Deus lhe pague pelo leite que o senhor manda pros meus filhos’. [segue-se salva de palmas] Olha, a gente precisa se segurar muito, porque a emoção é muita forte, é profunda a emoção que eu senti hoje.

O próprio governador, quando foi chamado à falar sobre o evento que acabava de acontecer, se reconhece emocionado pelo o que as pessoas disseram, e isso vale até mesmo para as crianças:

Quantas crianças, quantas crianças hoje me abraçaram. Quantas crianças me abraçando e dizendo: ‘governador, é o senhor o Roriz mesmo? O senhor é o Roriz de verdade?’, me perguntaram isso e me deu uma emoção muito grande. Quanta criança me chega, me abraça, me aperta e diz: ‘governador, eu sou do seu partido, governador’. Poxa vida, quanta emoção eu estou aqui, quanta alegria eu estou aqui. Eu fico pensando: ‘Oh meu Deus, oh meu Deus, ainda tem alguém que ainda precisa ter moradia.’ Teve outras mães que me disse: ‘governador, eu ainda não tenho moradia’. Olha Santa Maria, olha quem não tem moradia, vocês podem dormir tranquilas, com a graça de Deus, vou entregar para quem não tem moradia a sua moradia [cala-se para escutar palmas e o próprio nome].

Talvez não tenha sido completamente normal que no já citado encontro entre alguns antropólogos e o governador, o último tenha permanecido calado. O que talvez tenha soado estranho, como algo pouco versado no modo de agir nativo, é o fato dos primeiros não terem nada a dizer a Roriz, de terem permanecido calados durante todo o tempo que ele passou junto a eles. Um morador de Santa Maria talvez agradecesse alguma coisa ao governador. Talvez, emocionado, mostrasse como vinha cuidando bem do lote que teria ganho de Roriz; ou então diria que ainda não tinha um lote e pediria um. O silêncio a ser notado talvez não fosse o de Joaquim Roriz, mas dos próprios pesquisadores, que ainda não entendiam muito bem como o evento deveria caminhar e que acabaram numa situação inesperada, sem saber agir segundo a etiqueta do evento.

III – Considerações Finais

A descrição que acaba de ser feita não é inconciliável com o que chamei de teoria nativa da imprensa no fim da sessão I. Apesar de haver realmente uma certa inversão de postulados (o palestrante nem sempre está diante de uma massa anônima e passiva e, por vezes, se vê mesmo interpelado por ela, sendo obrigado a escutar em vez de falar) o que pretendo frisar aqui não é a inadequação, mas sim o caráter elástico da teoria nativa. Mais uma vez, não é que exista um lugar onde determinado sistema possa efetivamente operar como é descrito em teoria e outros lugares onde opera de maneira degenerada; o ponto central, ao que me parece, é que todo sistema social só opera porque está eivado de ambigüidades, ambigüidades essas que acabam por possibilitar aos agentes sociais um grau de mobilidade que, via de regra, não está explicitamente prescrito. É claro que tal mobilidade é limitada e, nesse sentido, nem o mais agitado dos ouvintes se atreveria, num comício, a questionar, por exemplo, um certo monopólio da palavra que é

reservado aos palestrantes – ao menos os ouvintes que queiram continuar operando como ouvintes.

Penso que qualquer pessoa do público de determinado comício poderia dizer que está ali no intuito último de escutar os que estão acima no palanque. Tendo em vista que um dos postulados básicos do trabalho de campo em antropologia é o de que devemos levar a sério o que nossos nativos dizem, poder-se-ia argumentar que o que foi descrito no sessão II vai contra à própria definição nativa do comício. Porém, como chama atenção Bateson (1983), há uma grande diferença entre levar o que os nativos dizem a sério e naturalizar as próprias categorias na análise sociológica. Uma pessoa do público poderia concordar, em certo contexto específico, que ela é apenas mais uma na massa anônima – e, em dada situação determinada, ela realmente é. Porém, existem outras facetas do evento que não estão contidas nessa afirmação: qualquer crente, como chama atenção Bateson (*idem*), quando inquirido a classificar o que acontece numa igreja aos sábados pela manhã, responderia facilmente que ali se passa apenas um evento religioso. Cabe ao antropólogo matizar melhor tal afirmação e descobrir como e quando tal evento é religioso – e, é claro, se perguntar de que maneira ele também pode ser *não apenas* religioso. É isso que tentei mostrar nas páginas acima: um comício ou passeata não se faz somente num lugar onde palestrantes iluminados juntam uma massa anônima exclusivamente ouvinte. Em tais situações há um espaço reconhecidamente legítimo onde o público interpela os que estão acima do palanque; esses últimos, por outro lado, são obrigados a se comportar como os que estão abaixo deles, se calando para, por alguns instantes, somente escutar.

Por fim, se a análise anterior está relacionada, como já dito, com certa inversão de uma teoria nativa sobre os comícios, poder-se-ia então classificar toda a sessão II como a descrição de uma espécie de *ritual de rebelião* (Gluckman, 1963), onde é permitido, durante espaço e situações sociais específicos, inverter ritualisticamente a ordem dada. Primeiramente, as intervenções descritas acima não são se fazem de maneira ritualizada, ao menos no sentido que Gluckman dá àquelas que ele próprio analisa na África do Sul.¹⁰ Aqui as intervenções do público não estão inseridas num espaço reconhecidamente destinado à ele; não se está falando de intervenções autorizadas ou no convite formal, que por vezes acontece, para alguém da platéia integrar o palanque.

Penso ser essa uma chave analítica não muito proveitosa: o fato de um ouvinte poder interpelar o palestrante, forçando-o inclusive a se calar, não é uma simples *inversão momentânea* (*idem*, 114) e controlada da realidade social, mas sim *um expediente constituinte do comício*, que pode ou não ser usado pelas pessoas para se projetarem além da *massa anônima* que *a priori* elas tomam parte. Tais agitadores de um comício são quase sempre as mesmas pessoas e elas parecem estar mais próximas aos palestrantes por um artifício que não é explicitamente prescrito, mas que opera nas entrelinhas da teoria nativa de como se agir num comício. Retomando o *Esboço de uma teoria geral da magia* (Mauss, *op. cit.*), se é certo não existem crenças falsas, também é correto que tais crenças não estão resumidas ao que os nativos explicitamente falam sobre elas.

Referências Bibliográficas

- Bateson, Gregory (1983), “Cultural contact and schismogenesis”, in G. Bateson (org.), *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 61-72.
- Borges, Antonádia (2003), *Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.
- Geertz, Clifford (1988), *Negara: O estado-teatro no século XIX*. Lisboa: Difel.
- Gluckman, Max (1963), “Rituals of rebellion in South-East Africa”, in Max Gluckman (org.), *Order and Rebellion in Tribal Africa*. London: Cohen & West. Gluckman, 110-136.
- Leach, Edmund (1999), *Sistemas políticos da Alta Birmânia: Um estudo de estrutura social Kachin*. São Paulo: Edusp.
- Mauss, Marcel; Hubert, H. (2003), “Esboço de uma teoria geral da magia”, in Marcel Mauss (org.), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 47-181 [1904].
- Teixeira, Carla Costa (2001), “Das bravatas. mentira ritual e retórica da desculpa na caçada de Sérgio Naya”, in Mariza Peirano (org.), *O dito e o feito: Ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 113-132.
- Weber, Max (2003), *Ciência e política: Duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.

¹⁰ Gluckman, no texto citado, preocupa-se em descrever determinadas situações sociais em que a inversão controlada da ordem pode contribuir para a manutenção do sistema social como um todo.